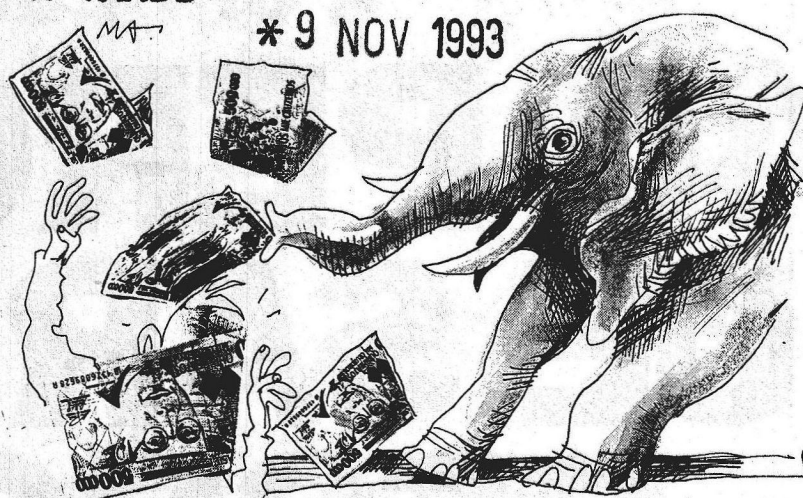


O fim do fim da recessão

JORNAL DA TARDE

PAULO R. HADDAD

* 9 NOV 1993



CHEGOU-SE A ANUNCIAR O FIM DA
RECESSÃO E O COMBATE À INFLAÇÃO
SE AFROUXOU. FOI UM ERRO
ESTRATÉGICO.

Lamentavelmente, o governo federal ampliou sua faixa de tolerância para com o processo inflacionário na medida em que se compensava politicamente junto à opinião pública com os benefícios da retomada do crescimento econômico do País. Chegou-se a anunciar o fim da recessão econômica e o combate à inflação durante os últimos meses se afrouxou.

Foi um erro estratégico que vai se revelar de maneira dramática na última etapa da administração Itamar Franco. A partir dos próximos meses, a conjuntura macroeconômica deverá se caracterizar por taxas de inflação muito elevadas e, simultaneamente, por um desempenho negativo dos indicadores de atividades, de emprego e de investimento.

Na verdade, a retomada do crescimento econômico, que se observou desde a segunda quinzena de novembro do ano passado, se baseou em alguns fatores circunstanciais e em poucos fatores programáticos. Entre os fatores circunstanciais, se destacam: o clima psicossocial de normalidade democrática após o processo de impeachment; a prática ocasional de baixas taxas de juros reais; os acertos dos passivos previdenciários e trabalhistas etc. Entre os fatores programáticos, o mais importante foi a prática de acordos setoriais para a retomada seletiva do crescimento, dos quais se destaca o acordo da indústria automobilística, lado a lado com a retomada ainda que incerta dos investimentos privados e públicos.

O potencial de crescimento econômico do Brasil é tão

gigantesco que é impossível desenhar qualquer cenário para os próximos meses no qual a expansão do PIB seja necessariamente um desastre. O setor privado desenvolveu estratégias de crescimento em ambiente de incertezas; o comércio exterior continua a ser um elemento dinâmico de nossa economia; a agricultura responde favoravelmente à estabilização das regras de formação de seus preços e de financiamento do plantio e da comercialização das safras.

Entretanto, não se pode confundir a existência de espasmos de crescimento econômico com a formação de um ciclo de expansão fundado na estabilidade e na retomada sustentável dos investimentos públicos e privados. Para se desencadear um ciclo como este, temos que passar necessariamente por um conjunto de reformas

institucionais as quais, lamentavelmente, esta administração vai adiando mês a mês no desenrolar de seu cronograma político-administrativo.

Pela falta destas reformas e, particularmente, pela incapacidade de negociar politicamente o ajuste fiscal e financeiro do setor público, sobra apenas a prática já tradicional de segurar a aceleração inflacionária pela manutenção das taxas de juros reais em patamares muito elevados. Como o processo de conceber e implementar estas reformas parece ser muito mais complexo do que se imaginava no início do segundo semestre, recomenda-se que algumas medidas sejam tomadas na área econômica a fim de que não ocorra um cenário de inflação alta e baixo crescimento, com todas as suas mazelas econômicas e sociais, durante o pró-

ximo ano.

Infelizmente, os instrumentos de que o governo federal dispõe para preservar a retomada do crescimento são extremamente limitados e ineficazes. Cabe explorar com maior profundidade a experiência do acordo setorial da indústria automobilística e, a partir de uma visão crítica e sem preconceitos acadêmicos, avaliar as possibilidades de novos acordos setoriais para a retomada seletiva do crescimento econômico do País. É preciso que, na seleção e na negociação destes acordos, prevaleçam alguns critérios nos quais predomine, de maneira inequívoca, o interesse público. Entre estes critérios, mencionam-se: a redução de alíquotas tributárias e a expansão de linhas específicas de financiamento têm de ser compensadas por aumentos equivalentes ou superiores de produção, emprego, renda, exportações e investimentos; o setor não pode praticar elevação real dos seus preços relativos; o setor deve ter uma cadeia produtiva muito articulada inter-regionalmente e inter-setorialmente; etc.

Não há muitas alternativas econômicas a se seguir neste final da administração Itamar, que cada dia mais se candidata a ser o governo das oportunidades (uma vez mais) perdidas por falta de liderança e de determinação política.

O AUTOR

Paulo R. Haddad é economista e ex-ministro da Fazenda e Planejamento

